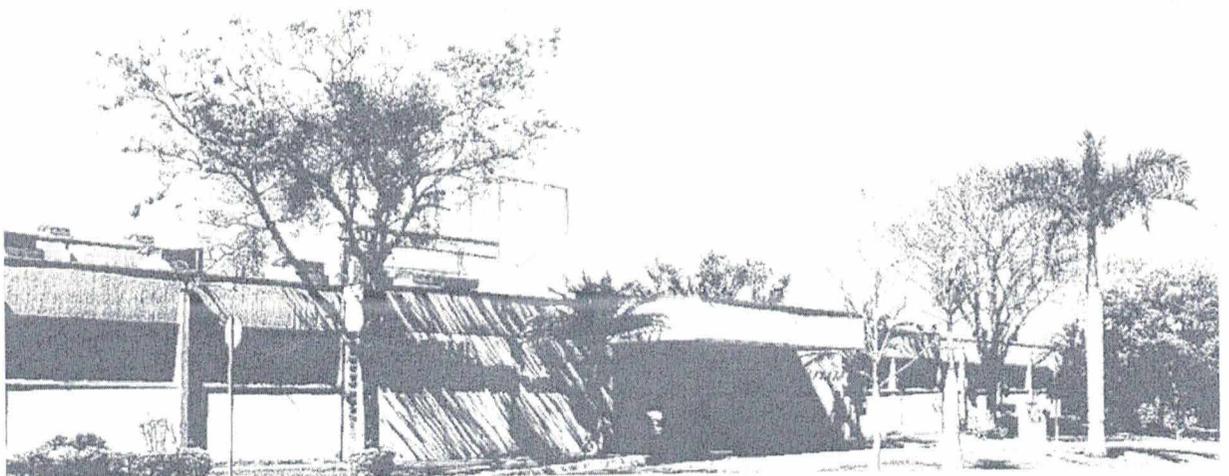


**CAAPSML**

**POLÍTICA DE  
INVESTIMENTOS  
2018**





## SUMÁRIO

<b>I. INTRODUÇÃO</b> .....	3
<b>II. OBJETIVOS</b> .....	3
<b>III. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UNIDADE GESTORA</b> .....	4
3.1 Conselho Administrativo .....	5
3.2 Superintendência .....	5
3.3 Comitê de Investimentos .....	5
3.4 Diretoria Administrativo-Financeira .....	6
<b>IV. CENÁRIO MACROECONÔMICO</b> .....	6
4.1 Economia internacional .....	6
4.2 Economia nacional .....	9
<b>V. ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS</b> .....	12
5.1 Princípios .....	12
5.2 Ativos Autorizados .....	12
<b>VI. METODOLOGIA DE GESTÃO DA ALOCAÇÃO DE RECURSOS</b> .....	14
6.1 Diretrizes para gestão dos segmentos .....	15
6.2 Modelo de gestão .....	15
<b>VII. PUBLICIDADE</b> .....	16
<b>VIII. DISPOSIÇÕES FINAIS</b> .....	16

## I. INTRODUÇÃO

Visando atender à legislação pertinente aos investimentos dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, em especial à Resolução CMN nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, a Caixa de Assistência, Aposentadoria e Pensões dos Servidores Municipais de Londrina, por meio da Superintendência, apresenta a Política de Investimentos dos recursos do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Londrina, para o exercício financeiro de 2018, elaborada pelo Comitê de Investimentos, designado pelas Portarias de nº 02/2017 e 41/2017.

Trata-se de um instrumento formal que fundamenta e norteia todo o processo de tomada de decisões relativas aos investimentos do Fundo de Previdência Social dos Servidores Municipais de Londrina, utilizada para garantir a consistência da gestão dos recursos no decorrer do tempo, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e, conseqüentemente, o pagamento dos benefícios devidos aos segurados.

A definição da Política de Investimentos visa a buscar uma gestão eficiente e eficaz para o Fundo de Previdência, através de aplicações no mercado financeiro que apresentem as melhores condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência.

Por meio dessa política, pretende-se, ainda, alcançar índices de rentabilidade compatíveis com os previstos no cálculo que define a meta atuarial para o exercício, qual seja Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (INPC) + 6% a.a.

## II. OBJETIVOS

A Política de Investimentos tem como objetivo fornecer as diretrizes em relação às estratégias para alocação dos investimentos em um horizonte de curto, médio e longo prazo, sendo um documento de vital importância para o planejamento e gerenciamento dos ativos financeiros que compõem o Fundo de Previdência do Município de Londrina.

Neste sentido, a Política de Investimentos exerce um papel importante dentro do sistema de controle, organização e manutenção dos recursos do Regime Próprio de Previdência Social, tendo em vista que permite a melhor condução e administração dos ativos financeiros e facilita a comunicação entre o Regime Próprio e os órgãos reguladores do Sistema Financeiro. Além disso, esta política norteia as mudanças necessárias para adequar os investimentos dos Fundos Previdenciários às mudanças advindas do mercado financeiro.

Por outro lado, a política de investimentos proporciona ao Conselho Administrativo, à Superintendência e ao Comitê de Investimentos, órgãos envolvidos na gestão dos recursos, a busca de uma melhor definição das diretrizes básicas e dos limites de risco a que serão expostos os conjuntos de investimentos do Fundo de Previdência Social do Município de Londrina.

Esse documento trata:

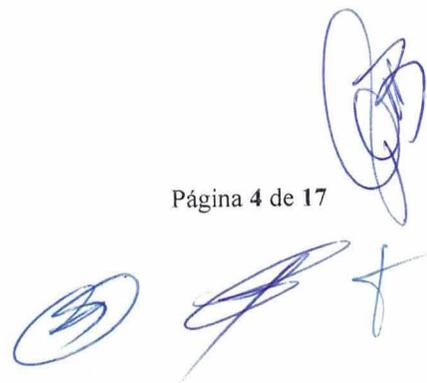
- a) da rentabilidade mínima a ser buscada pelos gestores;
- b) da adequação das aplicações aos ditames legais, e;
- c) da estratégia de alocação de recursos para o período de 01/01/2018 a 31/12/2018.

A proposta desta Política de Investimentos visa a preservação do capital do RPPS investido, preferencialmente, com baixos níveis de risco, buscando taxas de retorno de maneira a cumprir as metas atuariais estabelecidas, adequando-se aos limites legais e operacionais, com liquidez adequada dos ativos, traçando-se uma estratégia de investimentos focada no curto, médio e longo prazo.

### **III. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UNIDADE GESTORA**

A CAAPSMML, em atendimento à legislação que dispõe sobre os RPPS, possui uma estrutura organizacional composta pelos seguintes órgãos de tomada de decisões de investimentos:

- Conselho Administrativo;
- Superintendência;



- Comitê de Investimentos;
- Diretoria Administrativo-Financeira.

### 3.1 Conselho Administrativo

É responsável pela aprovação da Política de Investimentos do Fundo de Previdência e das revisões que poderão acontecer no decorrer do exercício de 2018.

### 3.2 Superintendência

Representada pelo Superintendente, possui funções referente à coordenação, liderança e articulação das atribuições inerentes ao controle do patrimônio e dos investimentos do RPPS. Além de ser o responsável pelas autorizações legais, cabe à Superintendência tomar as decisões de implementação e de ajustes estabelecidas na Política de Investimentos, traçadas pelo Conselho Administrativo para o exercício 2018.

### 3.3 Comitê de Investimentos

O Comitê de Investimentos obedece ao disposto no artigo 3º-A da Portaria nº 519/2011 do Ministério da Previdência Social, com a redação dada pelo artigo 2º da Portaria nº 170/2012-MPS, que estabelece os requisitos mínimos:

a) que seus membros mantenham vínculo com o ente federativo ou com o RPPS, na qualidade de servidor titular de cargo efetivo ou de livre nomeação e exoneração; (Incluído pela Portaria MPS nº 440, de 09/10/2013)

b) previsão de periodicidade das reuniões ordinárias e forma de convocação de extraordinárias; (Incluído pela Portaria MPS nº 440, de 09/10/2013)

c) previsão de acessibilidade às informações relativas aos processos de investimento e desinvestimento de recursos do RPPS; (Incluído pela Portaria MPS nº 440, de 09/10/2013)

d) exigência de as deliberações e decisões serem registradas em atas; (Incluído pela Portaria MPS nº 440, de 09/10/2013)

e) previsão de composição e forma de representatividade, sendo exigível a certificação de que trata o art. 2º desta Portaria, para a maioria dos seus membros até 31 de julho de 2014. (Incluído pela Portaria MPS nº 440, de 09/10/2013)

Devendo ser formado por servidores, com sua maioria possuindo certificação ANBIMA CPA-10, tem como principal função analisar e decidir a aplicação recursos ou a mudança de produtos, sempre de acordo com a Política de Investimentos.

### **3.4 Diretoria Administrativo-Financeira**

À Diretoria Administrativo-Financeira cabe fazer o acompanhamento e o controle da movimentação financeira dos recursos Previdenciários da CAAPSM, definida pelo Comitê de Investimentos, em conformidade com o que está disposto na Política de Investimentos em vigência.

Os trabalhos de acompanhamento e controle são aqueles previstos no Decreto Municipal nº 608 de 27 de novembro de 2003, publicado no Jornal Oficial do Município nº 520, em 04 de dezembro de 2003.

## **IV. CENÁRIO MACROECONÔMICO**

### **4.1 Economia internacional**

Após muitos anos de recessão mundial, 2017 está sendo um ano de recuperação de algumas economias. A saída do Reino Unido da Comunidade Europeia não trouxe maiores complicações no mercado financeiro, como esperado por muitos economistas. A Europa ainda continua com sua economia necessitando de estímulos. Os estímulos são dados principalmente pelos bancos centrais através de juros negativos, forçando, assim, que o dinheiro circule mais na economia.

Já nos EUA a economia continua indo bem, dando sinais de recuperação. Porém, apesar de crescentes altas nos dados econômicos domésticos dos EUA, o Federal Reserve (Banco Central Americano) continua com os juros baixos. Em seus pronunciamentos ao mercado, vem sinalizando o aumento da taxa de juros soberanos. Porém, ainda não foi feito de maneira significativa, deixando os mercados mais necessitados de capital externo apreensivo. A política externa do EUA, praticada pelo presidente Donald Trump, vem trazendo inseguranças e alguma instabilidade nas relações entre alguns países, causando alguma volatilidade no mercado.

O PIB da China vem crescendo dentro do esperado pelo mercado. A meta de crescimento do governo Chinês é de 7% para o ano de 2017. O aumento da atividade econômica em alguns países que mantêm relacionamento comercial com a China, faz com que sua economia se mantenha estável. O mercado de commodities, sendo a China um dos maiores consumidores globais, sofreu muito com um breve desaquecimento na economia Chinesa em 2016, se recuperando ao longo de 2017.

Em outros países os governos têm intensificado os estímulos à economia, baixando os juros a fim de aumentar o consumo. Na contramão, alguns países aumentam a taxa de juros a fim de diminuir os incentivos e econômicos frear uma possível inflação de consumo. Abaixo um resumo das taxas de juros nos principais mercados.

Nome da taxa de juros	país/região	taxa actual	direcção	taxa anterior	alteração
Juros Chilena Banco Central	Chile	2,500 %	↓	2,750 %	18-05-2017
Juros Sul coreana Bank of Korea	Coreia do Sul	1,250 %	↓	1,500 %	09-06-2016
Taxa de juros americana FED	Estados Unidos	1,250 %	↑	1,000 %	14-06-2017
Taxa de juros australiana RBA	Austrália	1,500 %	↓	1,750 %	02-08-2016
Taxa de juros brasileira BACEN	Brasil	7,500 %	↓	6,250 %	25-10-2017
Taxa de juros canadense BOC	Canadá	1,000 %	↑	0,750 %	06-09-2017
Taxa de juros Checa CNB	Chéquia	0,500 %	↑	0,250 %	02-11-2017
Taxa de juros chinesa PBC	China	4,350 %	↓	4,600 %	23-10-2015
Taxa de juros dinamarquesa Nationalbanken	Dinamarca	0,050 %	↓	0,200 %	19-01-2015
Taxa de juros europeia BCE	Europa	0,000 %	↓	0,050 %	10-03-2016
Taxa de juros Húngara MNB	Hungria	0,900 %	↓	1,050 %	24-05-2016
Taxa de juros indiana RBI	India	6,000 %	↓	6,250 %	02-08-2017
Taxa de juros Indonésia BI	Indonésia	6,500 %	↓	6,750 %	16-06-2016
Taxa de juros inglesa BoE	Grã-Bretanha	0,500 %	↑	0,250 %	02-11-2017
Taxa de juros Israelita BCI	Israel	0,100 %	↓	0,250 %	23-02-2015
Taxa de juros japonesa BoJ	Japão	-0,100 %	↓	0,000 %	01-02-2016
Taxa de juros mexicana Banxico	México	7,000 %	↑	6,750 %	22-06-2017
Taxa de juros Neozelandesa RENZ	Nova Zelândia	1,750 %	↓	2,000 %	10-11-2016
Taxa de juros Norueguesa Norges Bank	Noruega	0,500 %	↓	0,750 %	17-03-2016
Taxa de juros Polaca NBP	Polónia	1,500 %	↓	2,000 %	04-03-2015
Taxa de juros russa CBR	Rússia	8,250 %	↓	8,500 %	27-10-2017
Taxa de juros Saudita SAMA	Arábia Saudita	2,000 %	↓	2,500 %	19-01-2009
Taxa de juros sueca Riksbank	Suécia	-0,500 %	↓	-0,350 %	11-02-2016
Taxa de juros suíça SNB	Suíça	-0,750 %	↓	-0,500 %	15-01-2016
Taxa de juros sul-africana SARB	África do Sul	6,750 %	↓	7,000 %	21-07-2017
Taxa de juros turca CBRT	Turquia	8,000 %	↑	7,500 %	24-11-2016

Fonte: <http://pt.global-rates.com/taxa-de-juros/bancos-centrais/bancos-centrais.aspx>

A variação das taxas de juros de alguns países demonstra como alguns países revelam depender mais ou menos de capital de terceiros. As principais economias mundiais ainda possuem taxas de juros baixas ou mesmo negativas, na tentativa de estimular suas economias. Já países menos desenvolvidos possuem taxas de juros mais elevadas, como pode ser visto no quadro abaixo:

País	Taxa Juros		Variação
	2016	2017	
México	5,250	7,000	1,750
Estados Unidos	0,500	1,250	0,750
Canadá	0,500	1,000	0,500
Austrália	1,500	1,500	0,000
China	4,350	4,350	0,000
Europa	0,000	0,000	0,000
Suécia	-0,500	-0,500	0,000

Suíça	-0,750	-0,750	0,000
Japão	0,000	-0,100	-0,100
Índia	6,250	6,000	-0,250
Chile	3,500	2,500	-1,000
Rússia	10,000	8,250	-1,750
Brasil	14,000	7,500	-6,500

Com exceção da China, os países do BRIC reduziram suas taxas de juros reais, maior baixa para o Brasil. Na contramão dos países em desenvolvimento está o México, aumentando os juros de 5,25% a.a. para 7% a.a. Os Estados Unidos da América, com o objetivo de controlar o consumo, após quase uma década de incentivos na economia doméstica, aumentou um pouco as suas taxas de juros reais.

Para 2018 vemos um cenário ainda incerto com relação aos rumos da economia mundial. O presidente americano Donald Trump tem sinalizado uma política de proteção do mercado americano, o que pode causar um fluxo enorme de recursos mundiais em direção ao este mercado. Com isso a moeda americana pode ganhar força e valorizar-se, em detrimento de outras moedas, além de causar o aumento da inflação e, conseqüentemente, aumento das taxas de juros em muitos países, mais dependentes de capital estrangeiro, caso do Brasil.

A Comunidade Europeia entra em um clima de normalidade, porém de olho na política econômica dos EUA, após a saída do Reino Unido do bloco. Alguns países ainda continuam com taxas de juros negativos, com a finalidade de estimular a economia, podendo ser corrigida ao longo de 2018

#### 4.2 Economia nacional

No Brasil, em 2017, além dos fatores econômicos mundiais, a crise política foi se desenvolvendo, não na mesma velocidade de 2016, porém com maior volatilidade no mercado financeiro. O dólar que no início do ano estava custando R\$ 3,28 , chegou a R\$ 3,51 em maio, com o vazamento do áudio da delação premiada de Joesley Batista. Por outro lado o Ibovespa saiu dos 59.500 pontos no início do ano, chegando os 78.000 pontos em outubro,

com as perspectivas de melhoras na economia nacional e a previsão das reformas propostas pelo Governo Federal. Depois de dois pedidos de investigação do Presidente, rejeitado pela Câmara dos Deputados, e a perspectiva de uma não aprovação ou aprovação mínima da reforma previdenciária o Ibovespa recua aos 71.000 pontos. As incertezas internas, tanto políticas quanto econômicas, juntamente com a eleição de 2018 tem deixado o mercado muito volátil e com os investidores apreensivos.

Com a queda acentuada da inflação em 2017 o Banco Central do Brasil também diminuiu drasticamente as taxas de juros, saindo dos 14.25% a.a. para os atuais 7,5% a.a., podendo chegar aos 7% a.a. de acordo com o relatório FOCUS<sup>1</sup>. O que o mercado espera para o início de 2018 é a manutenção da taxa SELIC em 7% a.a. A boa notícia é que a previsão do PIB brasileiro para 2018 é de 2,5%, o que pode dar um fôlego para a economia e para as finanças do Governo Federal.

O ano de 2018 será de grandes desafios para os RPPS. A taxa real de juros pagos pelos títulos do Governo Federal deve ficar em torno de 3 a 4%, visto que a inflação deve ficar ao redor de 4% no ano, dentro da meta estabelecida. Assim, a meta de 6% a.a. de juros reais dos RPPS não será possível apenas com as aplicações em fundos de títulos federais. Novos mercados e aplicações devem ser buscados pelos RPPS que conseguirem atingir sua meta anual de rendimentos.

---

<sup>1</sup> Fonte: Relatório FOCUS de 10 de novembro de 2017.

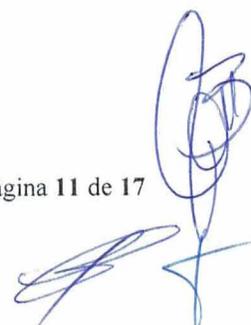
## Focus - Relatório de Mercado

10 de novembro de 2017

Expectativas de Mercado								
Mediana - agregado	2017				2018			
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comportamento semanal*	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comportamento semanal*
IPCA (%)	3,00	3,08	3,09	▲ (1)	4,02	4,02	4,04	▲ (1)
IGP-DI (%)	-0,82	-0,97	-1,20	▼ (2)	4,50	4,50	4,50	≡ (30)
IGP-M (%)	-0,86	-1,13	-1,12	▲ (1)	4,44	4,39	4,39	≡ (2)
IPC-Fipe (%)	2,36	2,29	2,25	▼ (1)	4,31	4,28	4,28	≡ (1)
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	3,15	3,20	3,20	≡ (1)	3,30	3,30	3,30	≡ (8)
Taxa de câmbio - média do período (R\$/US\$)	3,17	3,19	3,19	≡ (1)	3,24	3,26	3,26	≡ (1)
Meta Taxa Selic - fim de período (%a.a.)	7,00	7,00	7,00	≡ (9)	7,00	7,00	7,00	≡ (8)
Meta Taxa Selic - média do período (%a.a.)	9,84	9,84	9,84	≡ (10)	7,00	6,84	6,88	▲ (1)
Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	52,25	52,25	52,30	▲ (1)	55,72	55,90	55,81	▼ (1)
PIB (% do crescimento)	0,72	0,73	0,73	≡ (3)	2,50	2,50	2,50	≡ (4)
Produção Industrial (% do crescimento)	1,18	2,00	1,96	▼ (1)	2,50	3,00	2,73	▼ (1)
Conta Corrente* (US\$ Bilhões)	-15,00	-14,00	-13,00	▲ (2)	-31,00	-30,00	-30,00	≡ (2)
Balança Comercial (US\$ Bilhões)	83,73	65,00	65,00	≡ (2)	50,55	53,00	53,20	▲ (4)
Invest. Direto no País <sup>1</sup> (US\$ Bilhões)	75,00	75,00	80,00	▲ (1)	78,50	80,00	80,00	≡ (3)
Preços Administrados (%)	6,66	7,00	7,50	▲ (6)	4,80	4,88	4,80	▼ (1)

\* comportamento dos indicadores desde o último Relatório de Mercado; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento

Com a situação doméstica em um cenário ainda muito ruim, esperamos uma pequena queda da taxa SELIC, entre 0,5 a 1% a.a. Porém, com as eleições em curso, também pode-se esperar grande volatilidade no mercado, com taxas de juros sendo usado como ferramenta de controle da estabilidade econômica. Manter uma exposição mais conservadora em 2018 não será possível com meta de rendimentos reais na ordem de 6% a.a. Riscos deverão ser assumidos com a finalidade de alocações em posições mais arriscadas e de retornos mais expressivos. Garantir rentabilidade prevista com segurança será um grande desafio, o que levará os RPPS a buscarem maiores níveis de especialização nas análises econômicas e financeiras do mercado. Acompanhamento diário dos diversos segmentos de mercado e a busca de novas alternativas de aplicações será a alternativa para enfrentar um novo ambiente no mercado financeiros para os RPPS.

## V. ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

### 5.1 Princípios

Os princípios norteadores da alocação de recursos têm como objetivo formar uma carteira que permita atingir uma relação risco/retorno/liquidez capaz de possibilitar ao Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Londrina cumprir de forma mais segura seu principal objetivo: pagar os benefícios aos quais têm direito seus segurados.

A possibilidade de prospecção de novas oportunidades de investimento, sobretudo em projetos que tenham forte impacto econômico e social, não pode prescindir da segurança, conferida por uma adequada estruturação de garantias, da liquidez ajustada à necessidade dos compromissos atuariais e da rentabilidade compatível com os riscos envolvidos em cada tipo de investimento, sob uma perspectiva de longo prazo. Dessa forma, listam-se abaixo os princípios que norteiam a decisão de alocação de recursos em investimentos:

1. Segurança. Ingressar em investimentos cuja estrutura conte com garantias suficientes para minimizar o risco de perda de capital;
2. Rentabilidade. Os membros do Comitê de Investimentos procuram introduzir para as decisões de investimentos parâmetros que levem em consideração o impacto no bem-estar de seus segurados e no desenvolvimento local e regional, mas sem deixar de lado a métrica para a determinação da máxima rentabilidade, a par do risco do investimento;
3. Ampliar a diversificação de investimentos no portfólio. Com a previsão da diminuição da taxa de juros básica no país, no longo prazo os patamares deverão ser realinhados para abaixo das necessidades de retorno de rentabilidade dos planos, por isso o aumento na diversificação dos investimentos faz-se necessárias.

### 5.2 Ativos Autorizados

A tabela abaixo refere-se à proposta de alocação da entidade e em cada um dos segmentos de aplicação, conforme definida na legislação:

- Segmento de Renda Fixa
- Segmento de Renda Variável

ATIVO	Enquadramento na resolução 3.922 atualizada pela Resolução nº 4.604, de 19/10/2017	LIMITES estabelecidos na RESOLUÇÃO	LIMITES DE APLICAÇÃO Para 2018
<b>RENDA FIXA</b>			
TITULO PÚBLICO FEDERAL Emissão pelo Tesouro Nacional	7º, I, a	100%	80%
Fundo referenciado 100% Títulos Públicos	7º, I, b		
Fundo de índice referenciado 100% Títulos Públicos	7º, I, c		
Operação compromissada lastreada em Título Público Federal	7º, II	5%	0%
Fundo referenciado de RENDA FIXA	7º, III, a	60%	60%
Fundo referenciado de índice RENDA FIXA	7º, III, b		
Fundo RENDA FIXA	7º, IV, a	40%	40%
Fundo de índice (ETF) Renda Fixa	7º, IV, b		
REVOGADO	7º, V, a	-	0%
LIG - Letra Imobiliária Garantida	7º, V, b	20%	5%
CDB	7º, VI, a	15%	10%
POUPANÇA	7º, VI, b		0%
FIDC	7º, VII, a	5%	5%
FUNDO de RENDA FIXA - Crédito Privado	7º, VII, b		
Fundo de Investimento em DEBÊNTURES	7º, VII, c		

RENDA VARIÁVEL			
Fundo investimento referenciado pela B3, composto por mínimo 50 ações	8º, I, a	30%	10%
Fundo de índice, divulgado pela B3 composto mínimo 50 ações	8º, I, b		
Fundo de Investimento em AÇÕES	8º, II, a	20%	5%
Fundo de investimento de índice, em AÇÕES.	8º, II, b		
Fundo MULTIMERCADO	8º, III	10%	10%
Fundo de investimento em participações FIP	8º, IV, a	5%	5%
Fundo de Investimento imobiliário FII	8º, IV, B		

## VI. METODOLOGIA DE GESTÃO DA ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Os cenários de investimentos foram traçados a partir das perspectivas para o quadro nacional, da análise do panorama político, da visão para a condução da política econômica e do comportamento das principais variáveis econômicas. As premissas poderão ser revisadas periodicamente, de acordo com as ocorrências de cada um dos cenários.

Como parâmetro para definição desta estratégia de investimento, a análise concentrou-se nos possíveis cenários econômicos, nas projeções para a taxa de inflação, taxa de juros, atividade econômica e demais fatores.

### 1.1 Diretrizes para gestão dos segmentos

As estratégias e carteiras dos segmentos de renda fixa serão definidas pelo(s) gestores(s) das instituições financeiras geridas por meio de aplicação em fundos. Ressalte-se que as informações utilizadas para a construção dos cenários e modelos são obtidas de fontes públicas (base de dados públicos e de consultorias).

### 1.2 Modelo de gestão

Para o exercício financeiro de 2018, as aplicações dos recursos do RPPS serão realizadas pela CAAPSML em instituição financeira oficial (gestoras e administradoras) com registro no banco central e/ou Comissão de Valores Mobiliários, em conformidade com o que dispõe o § 3º, do Artigo nº 164 da Constituição Federal do Brasil, depois de devidamente credenciada pela CAAPSML.

A CAAPSML somente fará aplicações em instituições que demonstrem ter segurança e em produtos que busquem a rentabilidade necessária, visando em primeiro lugar a proteção do patrimônio e a rentabilidade. No credenciamento destas instituições deverão conter regras que busquem garantir a solidez e a transparência dos fundos e da instituição financeira, tais como *rating* e Patrimônio Líquido mínimo, bem como deverão também constar as regras exigidas pela legislação vigente.

Desta forma a CAAPSML opta por uma gestão com perfil conservador, mas expondo-se em níveis pequenos riscos a fim de buscar maior rentabilidade, porém buscando a diversificação e proteção do patrimônio, buscando atingir a meta atuarial e ao mesmo tempo o crescimento patrimonial. A expectativa de retorno dos diversos ativos, no segmento de renda fixa e variável, na média, é a satisfação da meta atuarial no exercício de 2018, aliada à avaliação qualitativa do cenário de curto e longo prazo.



## VII. PUBLICIDADE

Após discussão e aprovação pelo Conselho Administrativo, a Política de Investimentos deverá ser publicada no *site* da CAAPSML e no Jornal Oficial do Município de Londrina.

## VIII. DISPOSIÇÕES FINAIS

Informamos ainda que esta proposta de Política de Investimento já se encontra de **acordo com as alterações apresentadas pela resolução CVM 4.604/17.**

Em função destas alterações, o prazo de encaminhamento da Política de Investimento foi alterada, sendo prorrogada até 31 de dezembro de 2017, conforme instrução da SPS/DRPS

### ***DPIN 2018 – PRAZO DE ENVIO – PRORROGAÇÃO PARA 31 DE DEZEMBRO DE 2017***

*Considerando a Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN nº 4.604, de 19 de outubro de 2017, publicada em 20 de outubro de 2017, , que promove diversas alterações na Resolução CMN nº 3.922/2010, e considerando a necessidade de que os RPPS consigam elaborar a Política de Investimentos para 2018 adequada às novas diretrizes estabelecidas **o prazo para envio do Demonstrativo da Política de Investimentos – DPIN 2018 foi prorrogado para até 31 de dezembro de 2017.***

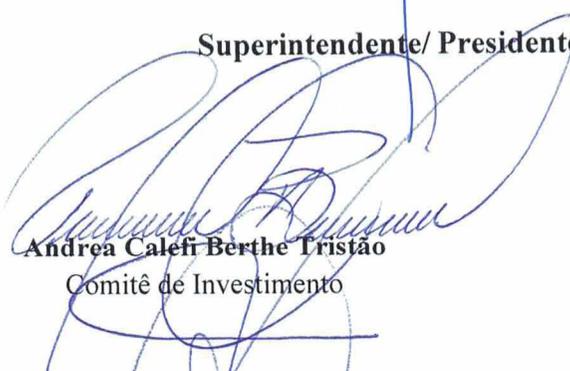
Diante de todo o exposto, e nos termos do que prevê a Lei Municipal nº 11.348/2011, da PORTARIA MPS nº 204, de 10 de julho de 2008, bem como o Regimento Interno desta Autarquia, a Superintendência encaminha a presente proposta de Política de Investimentos, para apreciação e aprovação do Conselho Administrativo da Caapsml.

Londrina, 16 de novembro de 2017.

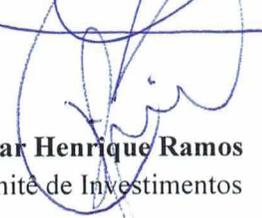


**Marcos José de Lima Urbaneja**

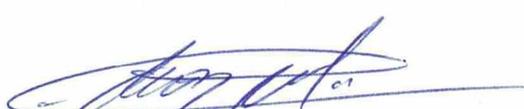
**Superintendente/ Presidente do comitê investimentos**



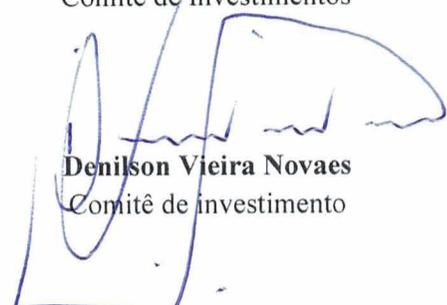
**Andrea Calefi Berthe Tristão**  
Comitê de Investimento



**Cezar Henrique Ramos**  
Comitê de Investimentos



**Edson Carlos da Silva**  
Comitê de Investimentos



**Denilson Vieira Novaes**  
Comitê de investimento



**João Bosco Dantas**  
Comitê de Investimento